



RELATÓRIO ANUAL DA CORREGEDORIA E DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

ANO 2019

JUIZ CORREGEDOR: Jadir Silva (biênio março/2018-março-2020)
Rúbio Paulino Coelho (biênio março/2020- março/2022)

Secretária da Corregedoria: Vaneide Cristina da Cruz

Coordenadora de Serviço do Arquivo Judicial: Gislene Amarante Cunha

Auditorias da Justiça Militar/MG em 2019

Auditoria	Juiz Titular	Juiz Substituto	Escrivã
1ª AJME	Marcelo Adriano Menacho dos Anjos	Paulo Eduardo Andrade Reis	Izabela Magalhães Pinho Tavares
2ª AJME	Paulo Tadeu Rodrigues Rosa	João Libério da Cunha	Raquel de Oliveira C. Silva
3ª AJME	Daniela de Freitas Marques	André de Mourão Motta	Ana Carolina de Mattos

Belo Horizonte, 2020



TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

SUMÁRIO

	PÁG.
1 RESUMO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA EM 2019	4
1.1 Acompanhamento da Implantação do Sistema Eletrônico de Tramitação Processual E-PROC	4
1.2 Realização de Correição Extraordinária Parcial em 2 (dois) Setores da Primeira Instância	4
1.3 Acompanhamento das Correições Ordinárias (autoinspeções) e relatório da visita a estabelecimento prisional, realizados pelas Auditorias	5
1.4 Correição nos Processos Findos e Inquéritos Policiais Arquivados (Correições por Representação do Juiz Corregedor)	5
1.5 Elaboração e Disponibilização do Relatório Mensal de Produtividade dos Magistrados de 1º Grau (RIAJ)	5
1.6 Reuniões semanais com as escrivãs	6
1.7 Levantamento dos Feitos Incluídos nas Metas 1, 2 e 4 do CNJ na Primeira Instância e Acompanhamento dessas Metas Nacionais	6
1.8 Levantamento dos feitos incluídos na Metas Específicas da Justiça Militar	6
1.9 Levantamento e Preenchimento dos dados referentes ao Relatório da Justiça em Números (Anexos I e II)	7
1.10 Breve Histórico sobre o Projeto das salas de videoaudiências	7
1.11 Organização da Relação dos Oficiais Militares para Formação dos Conselhos de Justiça	8
1.12 Atos normativos expedidos e seus respectivos objetos	9
2 DAS ATIVIDADES DO ARQUIVO JUDICIAL, DA CENTRAL DE MANDADOS E DA CENTRAL DE CERTIDÕES	10
2.1 Arquivamento e desarquivamento de autos pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar	10
2.2 Cumprimento de Mandados pela Central de Mandados	10
2.3 Expedição de Certidões pela Central de Certidões	10
3 DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA MILITAR/MG EM 2019	11

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto no art. 27 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, apresentamos **Relatório Anual da Corregedoria da Justiça Militar**, contendo resumo das atividades mais relevantes desenvolvidas em 2019 por esta Corregedoria e pelos setores subordinados (Arquivo Judicial, Central de Mandados e Central de Certidões). Também apresentamos uma análise dos trabalhos jurisdicionais realizados pelas Auditorias da Justiça Militar (incluindo a atuação dos Conselhos de Justiça) no ano de 2019.

Ressaltamos que, em 20 de março de 2020, houve a transição da gestão da nova Diretoria deste Tribunal e, conseqüentemente, assumimos a direção da Corregedoria que, até o referido 20 de março, teve como Corregedor o Juiz Jadir Silva. Simultaneamente a essa transição, ocorreu a situação do plantão extraordinário em decorrência da crise da pandemia do COVID-19, momento que permanece até a presente data.

Ademais, nessa nova gestão, achamos por bem que fossem atualizados dados e informações a respeito das diversas atividades executadas pela equipe da Corregedoria e pelos setores que lhe são subordinados, incluindo, por fim a este relatório, as atividades jurisdicionais da Primeira Instância.

Diante dessas observações, repassamos neste cenário o presente Relatório Anual de 2019, o que reforça a publicidade da atuação desta Corregedoria, objetivando o aprimoramento constante da prestação jurisdicional pela Justiça Militar de Minas Gerais.

Por fim, destaco abaixo a competência e a missão desta Corregedoria:

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS	
Competência	Missão
<i>Órgão de orientação, fiscalização e correição dos serviços judiciários de 1º Grau e de controle da Polícia Judiciária Militar, com atribuições em todo território do Estado de Minas Gerais</i>	<i>Orientar, fiscalizar e corrigir os serviços judiciais da Primeira Instância e controlar o trabalho da polícia judiciária militar, atuando de forma proativa, eficiente, imparcial, transparente e eficaz, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e contribuindo para a efetividade da missão da Justiça Militar Estadual</i>

São essas as informações e considerações que, na condição de atual Juiz Corregedor, tenho a apresentar no momento.

Cordialmente,

Rúbio Paulino Coelho
Juiz Corregedor da Justiça Militar de Minas Gerais

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

1 RESUMO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA EM 2019

1.1 Acompanhamento da Implantação do Sistema Eletrônico de Tramitação Processual E-PROC

O E-PROC (sistema eletrônico de tramitação processual) teve expansão de sua implantação na Justiça Militar de Minas Gerais em **06/05/2019**, e partir daí, todos os feitos que tramitam nesta Justiça especializada, criminais ou cíveis, são obrigatoriamente distribuídos nele.

Desde a sua implantação, a Corregedoria vem acompanhando um constante trabalho junto às Auditorias no sentido de:

- a) indicar um determinado movimento para que os relatórios fiquem corretos;
- b) informar a informática sobre a necessidade de atualizar conforme as TPUs (Tabelas Processuais Unificadas), incluindo assunto na referida tabela no sistema;
- c) solicitar que completem os cadastros quando verificamos os feitos baixados;
- d) padronizar os trabalhos nas Auditorias, etc.

A Corregedoria, nesse sentido, acompanhou também o treinamento de todos os usuários internos lotados nas Auditorias. E como ainda persistem dúvidas quanto à sua operacionalidade, a Corregedoria permanece oferecendo apoio e/ou direcionamento adequado aos usuários, internos e externos, do sistema E-PROC, por meio de atendimento eletrônico, telefônico ou presencial.

1.2 Realização de Correição Extraordinária Parcial em 2 (dois) Setores da Primeira Instância

No período de 1º a 31 de outubro de 2019, foi realizada Correição Extraordinária Parcial na **1ª AJME e na Central de Distribuição**, tendo sido analisados um total de 235 feitos, sendo 143 físicos (134 criminais e 9 cíveis) e 92 eletrônicos (76 cíveis e 16 criminais), dentre processos criminais aguardando o oferecimento de denúncia, em fase de instrução, com transação penal e suspensão condicional do processo, em fase de julgamento, em execução e sursis penal; além dos processos de natureza cível em tramitação em cumprimento de sentença.

Concomitantemente a essa correição na 1ª AJME, foi realizada a correição na Central de Distribuição, em que foi solucionado, com êxito, o congestionamento de feitos a distribuir, durante o período correcional.

Ao final dos trabalhos de correição, foi elaborado relatório final circunstanciado, no qual se expôs os procedimentos adotados antes e durante a correição, o quantitativo de processos e outros feitos vistoriados, as principais falhas, vícios e pontos de estrangulamento do escoamento natural dos serviços forense detectados, além de discriminar diversas recomendações da Corregedoria à 1ª AJME e à Central de Distribuição para melhor organização dos trabalhos.

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

A publicidade dessa ação correcional foi disponibilizada no site deste Tribunal (www.tjmmg.jus.br), pelo link “CORREGEDORIA/CORREIÇÕES”, constando inclusive as publicações obrigatórias no DJM-e (Portaria e Edital dessa Correição Parcial Extraordinária).

1.3 Acompanhamento das Correições Ordinárias (autoinspeções) e relatório da visita a estabelecimento prisional, realizados pelas Aud

As correições ordinárias (autoinspeções) são realizadas **anualmente** pelas Auditorias e estão previstas nos artigos 71 a 80 do Provimento 01/2010-CJM, que inclui o envio do relatório de inspeção em estabelecimento prisional à Corregedoria, ou seja, cada Auditoria deve fazer também, durante a correição ordinária, inspeção em pelo menos uma unidade prisional que tenha pessoa presa sob sua responsabilidade e enviar relatório à Corregedoria até final de outubro.

1.4 Correição nos Processos Findos e Inquéritos Policiais Arquivados (Correições por Representação do Juiz Corregedor)

Conforme disposto no art. 27, II, do Regimento Interno do TJMMG, em 2019 foi realizada, ainda, uma análise bem abrangente acerca dos feitos/processos findos.

No que tange à Correição por Representação do Juiz Corregedor fundamentada na alínea “b” do art. 498 do CPPM, **em 2019**, foram analisados:

- 496 (quatrocentos e noventa e seis) Inquéritos Policiais Militares;
- 399 (trezentos e noventa e nove) procedimentos investigatórios.

Dentre esses, foram correccionados, mediante Representação do Juiz Corregedor fundamentada no art. 498, alínea “b”, do CPPM:

- 76 (setenta e seis) feitos.

Registre-se que tal feito é marca histórica neste Tribunal, com uma grande abrangência na análise dos feitos por esta Corregedoria.

1.5 Elaboração Mensal do Relatório Individual das Atividades Jurisdicionais (RIAJ), Referente à Produtividade dos Magistrados de 1º Grau

Mensalmente, a Corregedoria elaborou e disponibilizou no site do deste Tribunal, por meio do link da Transparência (<http://www.tjmmg.jus.br/transparencia/distribuicao-relatorio-mensal-produtividade>), a produtividade dos Magistrados da 1ª Instância, cível e criminal, apurada nos sistemas eletrônicos SINGEP, PJE, EPROC E SEEU.

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

1.6 Reuniões Permanentes com as escrivãs

Em 2019, foram promovidas reuniões periódicas (geralmente **semanais**) com as escrivãs das Auditorias Militares (hoje, Gerentes de Secretaria), momento em foram tratados os problemas cartorários, as sugestões para melhoria e celeridade dos trâmites processuais, dúvidas sobre os sistemas informatizados, e outros assuntos pertinentes.

Nessas ocasiões, a Secretária da Corregedoria (Vaneide) enfatizou a necessidade de manutenção da prestação de serviço jurisdicional de qualidade e da observância do cumprimento das Metas estipuladas pelo CNJ, além de tomar conhecimento, alinhar e adequar os serviços jurisdicionais prestados pelas Auditorias.

Com isso, a Corregedoria passou orientações direta e constantemente aos cartórios, além de trazer uma atuação mais participativa da Corregedoria junto aos desafios e dificuldades na Primeira Instância, alcançando celeridade na solução de eventuais problemas que foram apresentados.

1.7 Levantamento dos Feitos Incluídos nas Metas 1, 2 e 4 do CNJ na Primeira Instância e Acompanhamento dessas Metas Nacionais

Tendo como base o Glossário das Metas e os relatórios extraídos dos sistemas informatizados: SINGEP, PJE e E-PROC, a Corregedoria procedeu, **mensalmente**, ao levantamento e registro do número de processos distribuídos, julgados, cancelados, que saíram da suspensão e entraram na Meta, bem como os casos novos que foram suspensos nas Auditorias Militares, para acompanhamento do cumprimento das Metas Nacionais do CNJ (Metas 1, 2 e 4 do CNJ).

Após apuração e registros dos dados em planilhas, estes foram repassados ao Núcleo de Gestão Estratégica (NEGE) do TJMMG, para análise, alimentação e envio no respectivo sistema informatizado do CNJ.

A Corregedoria apresentou o percentual de cumprimento das respectivas Metas Nacionais por ocasião de cada realização da RAE (Reunião de Análise Estratégica), sendo que a última reunião em 2019 ocorreu em 20 de novembro, momento em que foram apresentados os dados de janeiro a outubro de 2019.

1.8 Levantamento dos feitos incluídos na Metas Específicas da Justiça Militar

A Corregedoria procedeu, **quadrimestralmente**, ao levantamento dos processos incluídos em 2 (duas) Metas Específicas do segmento da Justiça Militar para 2019 (**Meta Específica 1 e Meta Específica 3**), conforme o respectivo Glossário.

Assim, com auxílio dos relatórios extraídos dos sistemas informatizados: SINGEP, PJE e E-PROC, a Corregedoria procedeu ao levantamento e registro do número de processos distribuídos, julgados, cancelados, que saíram da suspensão e entraram na Meta, bem como os



TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

casos novos que foram suspensos nas Auditorias Militares, para acompanhamento do cumprimento da Meta Específica 1 e da Meta Específica 3, sendo apurado o seguinte resultado até 31/12/2019:

Após apuração e registros dos dados em planilhas, estes foram repassados ao Núcleo de Gestão Estratégica (NEGE) do TJMMG, para análise e encaminhamento ao Comitê Representante do Segmento Justiça Militar.

A Corregedoria apresentou o percentual de cumprimento das respectivas Metas Nacionais por ocasião de cada realização da RAE (Reunião de Análise Estratégica), sendo que a última reunião em 2019 ocorreu em 20 de novembro, momento em que foram apresentados os dados referentes aos 02 (dois) primeiros quadrimestres de 2019 (janeiro-abril e maio-agosto).

1.9 Levantamento e Preenchimento dos dados referentes ao Relatório da Justiça em Números (Anexos I e II) e Módulo de Produtividade (Anexo II da Justiça Militar)

Atendendo ao disposto no Provimento n. 49/2015–CNJ, esta Corregedoria da Justiça Militar apurou e preencheu **mensal e semestralmente** as tabelas com as informações dos Anexos I e II do Relatório Justiça em Números, que tratam sobre a produtividade dos Magistrados e da serventia de 1ª Instância.

Mensalmente, a Corregedoria apurou e preencheu as tabelas referentes aos Passos 3 e 4 do sistema Módulo de Produtividade do Poder Judiciário (**Anexo II** do Relatório Justiça em Números), os quais apresentam os dados relativos à produtividade mensal das serventias e dos magistrados de 1ª Instância.

Semestralmente, a Corregedoria também apurou e preencheu também as tabelas referentes ao Relatório Justiça em Números (**Anexo I**), no que compete à 1ª Instância.

Frisa-se que, no total (Anexos I e II), são **81 (oitenta e um)** critérios/dados a serem preenchidos (44 do Anexo I e 37 do Anexo II).

1.10 Breve Histórico sobre o Projeto das Salas de Videoaudiências

Em 2017 foi firmado acordo com 4ª Circunscrição da Justiça Militar da União para instalar a **1ª** sala de videoaudiência, em Juiz de Fora/MG.

Ainda em 2017, este Tribunal firmou acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) para instalação, manutenção e operacionalização do sistema de videoconferência (hoje, videoaudiência), que possibilita a realização, à distância e em tempo real, de atos processuais. Após esse acordo firmado entre o TJ e o TJM, as instalações das salas de videoaudiência iniciaram efetivamente em 2018, sob coordenação do Excelentíssimo Juiz Sócrates Edgard dos Anjos, tendo sido instaladas **duas** salas, respectivamente no Fórum da Comarca de Uberlândia e no Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Já em **2019**, foi firmado um acordo de cooperação técnica e administrativa entre o TJMMG, a PMMG e o CBMMG, com a mesma finalidade de colaboração para operacionalização das salas de videoaudiências nos Fóruns das Comarcas do TJ, no interior do Estado de Minas Gerais.

Assim, em **2019**, tal projeto foi exponencialmente expandido, com a instalação de mais 7 (sete) novas salas espalhadas por todo Estado de Minas Gerais, **totalizando**, ao longo de todo o projeto, **10 (dez) salas em utilização** pela Justiça Militar Estadual **até o final do ano de 2019**.

Nesse contexto, **em 2019**, a Corregedoria da Justiça Militar teve participação direta no projeto através de seu Assistente Militar, além da participação do Juiz Corregedor e sua equipe, mediante a regulamentação da utilização das salas pela Justiça Militar por meio de Portarias, conforme preconiza o art. 27, inciso I do Regimento Interno do Tribunal.

Abaixo, a tabela com todas as salas de videoaudiência instaladas **até dezembro de 2019**:

Localidade	Data de instalação	Portaria da Corregedoria que regulamentou
1. Juiz de Fora	2017	Acordo firmado desde 2017 com a 4ª Circunscrição da Justiça Militar da União
2. Uberlândia	12/03/2018	Portaria nº 22/2018
3. Pouso Alegre	07/06/2018	Portaria nº 44/2018
4. Montes Claros	03/05/2019	Portaria nº 38/2019
5. Poços de Caldas	27/09/2019	Portaria nº 67/2019
6. São Sebastião do Paraíso	26/09/2019	Portaria nº 68/2019
7. Teófilo Otoni	22/10/2019	Portaria nº 79/2019
8. Passos	11/11/2019	Portaria nº 80/2019
9. Barbacena	02/12/2019	Portaria nº 90/2019
10. Governador Valadares	10/12/2019	Portaria nº 91/2019

1.11 Organização da Relação dos Oficiais Militares para Formação dos Conselhos de Justiça

A Corregedoria organizou a relação dos oficiais militares aptos ao sorteio para formação dos Conselhos de Justiça e para participação no curso de adaptação para Juizes Militares. Nesse sentido, solicitou às instituições militares, **trimestralmente**, a relação dos oficiais da ativa para a compilação dos nomes enviados, organizando para que não fossem sorteados por dois trimestres consecutivos ou que o mesmo militar seja sorteado ao mesmo tempo para duas ou mais Auditorias.

Ato contínuo, a lista foi repassada às Auditorias, com os nomes dos oficiais que estivessem aptos. Mediante essa relação, as Auditorias realizaram os sorteios com os nomes apenas daqueles oficiais aptos para formarem os Conselhos de Justiça em 2019.

Após o referido sorteio, foi enviado à Escola Judicial Militar (EJM) a relação dos militares sorteados, ressaltando que os oficiais que não haviam feito o curso, ou que o fizeram há 2

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

anos, foram chamados para participar do Curso de Curso de Adaptação para Juízes Militares, promovidos pela EJM.

1.12 Atos Normativos Expedidos e Seus Respectivos Objetos

Durante o ano de 2019, foram expedidas 96 Portarias pela Corregedoria, bem como 1 Instrução Normativa, conforme disposto na tabela abaixo:

ATOS NORMATIVOS EXPEDIDOS PELA CORREGEDORIA EM 2019	
Portarias-CJM	Instrução Normativa-CJM e Ofício Circular
45 regulamentando plantão judicial	Instrução nº 01/2019, orientando sobre os procedimentos a serem executados na Central de Distribuição, bem como nas Secretarias de Juízo Militar, tendo em vista a expansão da plataforma E-PROC.
08 disciplinando o uso de sala de videodiágnose	Ofício circular nº 01/2019, esclarecendo acerca das manifestações processuais durante o plantão judiciário, no âmbito da Primeira Instância da Justiça Militar
33 autorizando compensação de dias trabalhados em plantão judicial	Ofício circular nº 02/2019, divulgando o relatório da Corregedoria sobre os indicadores das metas nacionais e específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da Primeira Instância da Justiça Militar
01 disciplinando a cooperação entre juízes da 1ª Instância	---
01 revogando outra Portaria	---
01 retificando erro material	---
03 designando servidor para substituir na Central de Certidões	---
01 dispondo sobre a realização de Correição Extraordinária Parcial	---
03 regulamentando plantão no recesso forense	---
TOTAL: 96	TOTAL: 03

TRIBUNAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

2 DAS ATIVIDADES DO ARQUIVO JUDICIAL, DA CENTRAL DE MANDADOS E DA CENTRAL DE CERTIDÕES

2.1 Arquivamento e desarquivamento de autos pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar

A Coordenadoria de Serviço da Corregedoria, responsável pelo setor de Arquivo Judicial da Justiça Militar, atendeu, em 2019, um total aproximado de **3.320 (três mil, trezentos e vinte)** solicitações relacionadas a feitos arquivados, dentre elas a de desarquivamento de autos por empréstimo e a de envio de cópias digitalizadas de peças processuais. Ressalte-se que as referidas solicitações são oriundas de advogados, das Secretarias de Juízo da Primeira Instância, da Gerência Judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de Magistrados da Justiça comum e das instituições militares, e são realizadas pessoalmente, por ofício, correio eletrônico ou pelo Painel Administrativo da PMMG.

Foram recebidos, **no exercício de 2019**, das três Auditorias e da Gerência Judiciária, um total de **2.864 (dois mil, oitocentos e sessenta e quatro)** feitos para serem arquivados, os quais, após registro no sistema informatizado, foram armazenados em **507 (quinhentas e sete)** caixas-boxes.

Nesse contexto, um quadro geral do setor de Arquivo Judicial em 2019:

ARQUIVO JUDICIAL EM 2019		
Atendimentos a solicitações referentes a feitos arquivados	Feitos enviados para o Arquivo	Número de novas caixas-boxes armazenadas no Arquivo
3.320	2.864	507

2.2 Cumprimento de Mandados pela Central de Mandados

A Central de Mandados, que também é setor subordinado à Corregedoria, cumpriu em 2019, por meio das Oficiais de Justiça, **706 (setecentos e seis)** mandados expedidos pela Justiça Militar estadual, bem como registrou e expediu toda a correspondência deste Tribunal.

2.3 Expedição de Certidões pela Central de Certidões

A Central de Certidões, que é outro setor subordinado à Corregedoria, expediu, em 2019, **acima de 8.000 (> oito mil)** certidões judiciais que não puderam ser emitidas automaticamente pelo sistema e foram solicitadas e encaminhadas pelo escrivão, por e-mail e Painel Administrativo da PM.



3 DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA MILITAR/MG EM 2019

As atividades jurisdicionais da Primeira Instancia desta Justiça Militar, referentes ao ano de 2019, foram compiladas mediante relatórios extraídos pela Corregedoria, **que apresentamos nas páginas seguintes**, contendo informações e dados relevantes sobre a referida atuação jurisdicional das **3 (três) Auditorias Militares**.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ACERVO PROCESSUAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA AO FINAL DO ANO DE 2019

A- MATÉRIA CRIMINAL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2019		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos em tramitação (incluindo processos de conhecimento, medidas cautelares, execuções, pedidos de quebra de sigilo, insanidade mental, justificação criminal, cartas precatórias e outros)	433	172	121	140
Processos de execução em tramitação	103	44	33	26
Processos em Tramitação ao final de 2019	536	216	154	166
IPMs, APFs e outros peças de informação tramitando	1.162	597	270	295
Feitos em tramitação ao final de 2019	1.698	813	424	461
Processos com suspensão processual (Lei 9.099)	104	38	35	31
Feitos com transação penal (Lei 9.099)	111	50	16	45
TOTAL de feitos com benefícios da Lei nº 9.099 tramitando ao final de 2019.	215	88	51	76

B- MATÉRIA CÍVEL

MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2019		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos de conhecimento em tramitação (inclusive PJE)	132	42	48	42
Processos de execução/cumprimento de sentença	103	44	33	26
Total de processos cíveis ao final de 2019	235	86	81	68

AB- MATÉRIA CRIMINAL + MATÉRIA CÍVEL

TOTAL DE FEITOS (CÍVEIS E CRIMINAIS) AO FINAL DO ANO DE 2019		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Feitos criminais tramitando (Proc. Investigatórios + Processos+ Execução + Lei 9099)	1.913	901	475	537
Feitos cíveis tramitando (processos + exec. e cump. de sentença)	235	86	81	68
Total de Feitos na 1ª Instância ao final de 2019	2.148	987	556	605

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJe da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

FEITOS DISTRIBUÍDOS NA 1ª INSTÂNCIA de 01 a 31/12/2019

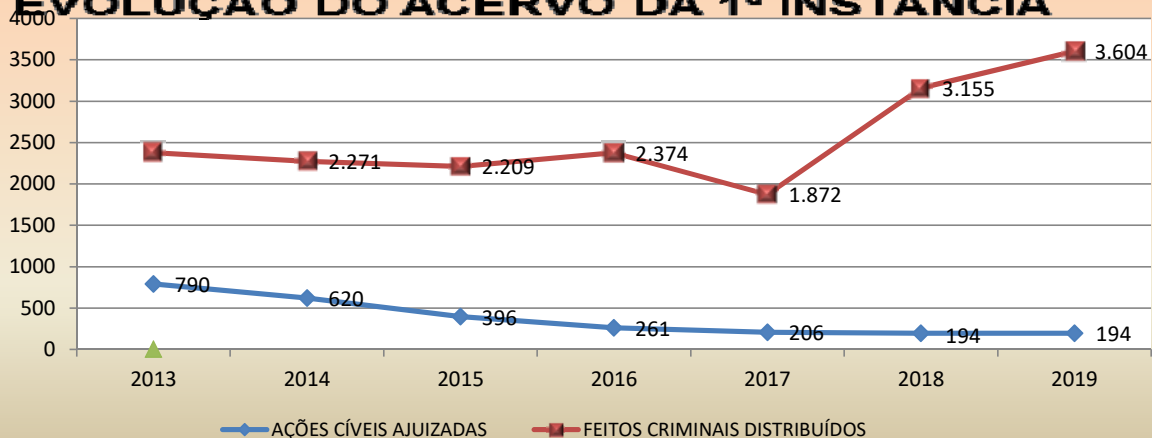
		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de feitos criminais distribuídos	3.604	1.214	1.199	1.191
Nº de processos cíveis distribuídos	194	67	64	63
Total de feitos distribuídos na Justiça Militar	3.798	1.281	1.263	1.254

FEITOS DISTRIBUÍDOS NO 1º GRAU DA JUSTIÇA MILITAR DE

01/01 a 31/12/2019



EVOLUÇÃO DO ACERVO DA 1ª INSTÂNCIA



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJe da GTI

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2019

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS				
Feitos distribuídos por classe	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Auto de Prisão em Flagrante	184	74	54	56
Instrução provisória de deserção	6	2	2	2
Procedimentos investigatórios (Inquérito Policial Militar, Representação criminal, Termo Circunstanciado, Inquerito Policial, outros)	3.066	1.016	1.041	1.009
Medidas cautelares (Quebras de Sigilo; Busca e Apreensão; Pedidos de Prisão; Justificação Criminal)	36	19	7	10
Medidas garantidoras (Liberd. Provisória, relaxamento de prisão)	12	5	2	5
Cartas Precatórias	6	3	2	1
Insanidade Mental do Acusado	9	3	4	2
Restauração de autos	0	0	0	0
Execução de pena/ Execução provisória	53	23	12	18
Reabilitação	0	0	0	0
Recurso em Sentido Estrito	2	1	1	0
Deserção	4	1	2	1
Ação Penal Militar	226	70	76	80
Total de feitos distribuídos no ano de 2019	3.604	1.217	1.203	1.184
* Determinação de arquivamento de procedimentos investigatórios em 2019	1.693	722	415	556
* Remetidos à Justiça comum sem denúncia (Incompetência da Justiça Militar em IPMs, APFs e outros proc. investigatórios)	81	30	28	23
* Processos remetidos à Justiça comum com denúncia(Incompetência da Justiça Militar)	8	3	2	3
** Denúncias oferecidas no ano	206	72	69	65
** Denúncias recebidas no ano	226	70	76	80
** Denúncias rejeitadas no ano	4	1	1	2
Total de denunciados (oficiais, praças e ex-militares)	288	173	126	115
Homologação de Transação Penal (Lei 9.099)	241	115	39	87
Número de beneficiados pela Transação penal	322	156	49	117
Autos de deserção aguardando captura ou apresentação (s/ denúncia)	21	11	2	8
Correição Parcial por Representação do Corregedor	76	29	22	25

*Obs: Os feitos arquivados e os remetidos a outro Juízo não necessariamente foram distribuídos em 2019, pois podem ter sido distribuídos em anos anteriores (acervo remanescente)

** Obs: As denúncias recebidas e as rejeitadas em 2019 não necessariamente estão inseridas naquelas que foram oferecidas nesse ano, mas podem ter sido oferecidas no ano anterior, já que o juiz tem um prazo para se manifestar sobre o oferecimento da denúncia. No mesmo raciocínio, muitas denúncias oferecidas em 2019, podem ter seu recebimento ou rejeição no ano de 2019.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Fase Processual

FASE PROCESSUAL		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Denúncias recebidas	226	70	76	80
Audiências		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Audiências realizadas	1.280	492	346	442
Cartas Precatórias		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Expedidas	2	0	1	1
Aplicação da Lei 9.099 na PRIMEIRA INSTÂNCIA em 2019		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos Suspensos	50	25	11	14
Número de beneficiados pela suspensão	55	30	11	14
Julgamentos		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos Julgados (ações penais julgadas pelo juiz singular e pelos conselhos)	410	159	118	133
Número de acusados julgados	439	173	126	140
Número de ações penais prescritas	25	17	5	3
Sentenças em processos de conhecimento (conforme o Glossário Justiça em Números do CNJ)	287	94	91	102
Processos de conhecimento baixados (conforme JN)	382	150	106	126

Fonte: Singep, EPROC, ANEXO II

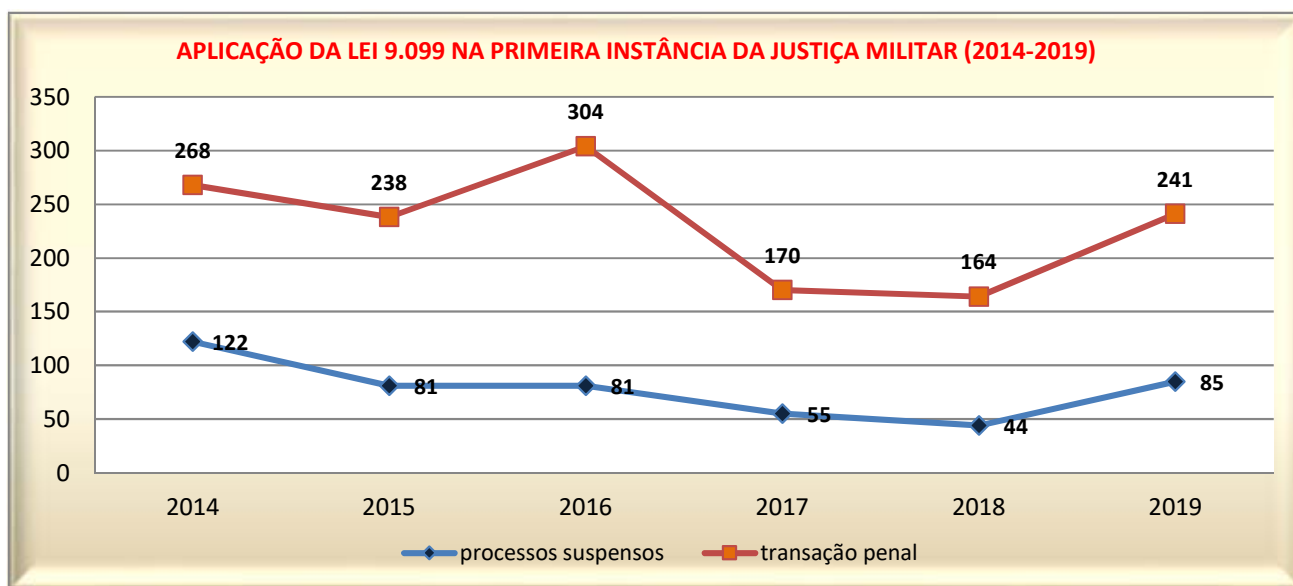
* De acordo com o Glossário Justiça em Números do CNJ, consideram-se **1. baixados**: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, vinculados a tribunais diferentes, b) remetidos para as instâncias superiores, c) arquivados definitivamente e d) em que houve decisão: que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução; **2. sentenças**: as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/95 EM 2019 (NA PRIMEIRA INSTÂNCIA)

APLICAÇÃO DA LEI 9.099 DURANTE O ANO DE 2019	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em 2019	85	36	22	27
Número de transações penais homologadas	241	115	39	87
<i>Total de feitos c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>	326	151	61	114
Número de beneficiados pela suspensão em 2019	55	30	11	14
Número de beneficiados pela Transação penal	322	156	49	117
<i>Total de beneficiados c/ aplicação da Lei 9.099/95</i>	377	186	60	131

FEITOS EM TRAMITAÇÃO NAS SECRETARIAS DAS AUDITORIAS AO FINAL DE 2019	Total	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Número de processos suspensos em tramitação ao final de 2019	50	25	11	14
Número de feitos com transação penal em tramitação ao final de 2019	110	68	16	26

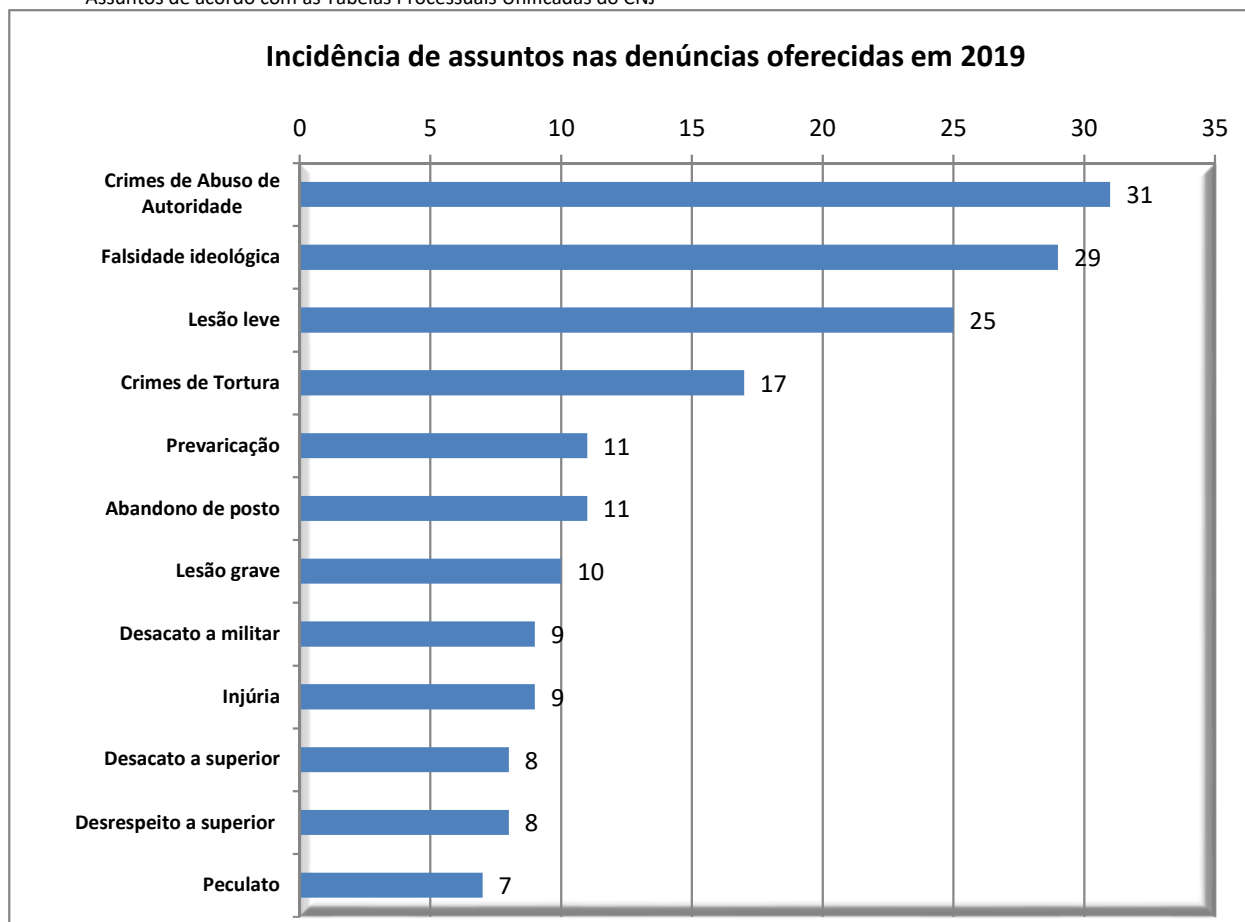


MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR
Assuntos das denúncias ,em ordem decrescente de incidência - ANO
2019

ASSUNTOS:	Total de assuntos nas denúncias recebidas	Total p/ assunto	% em relação ao total de assuntos nas denúncias
Crimes de Abuso de Autoridade	305	31	10,16
Falsidade ideológica		29	9,51
Lesão leve		25	8,20
Crimes de Tortura		17	5,57
Prevaricação		11	3,61
Abandono de posto		11	3,61
Lesão grave		10	3,28
Desacato a militar		9	2,95
Injúria		9	2,95
Desacato a superior		8	2,62
Desrespeito a superior		8	2,62
Peculato		7	2,30
TOTAL			175

* a incidência de fatos se refere ao número de denúncias recebidas

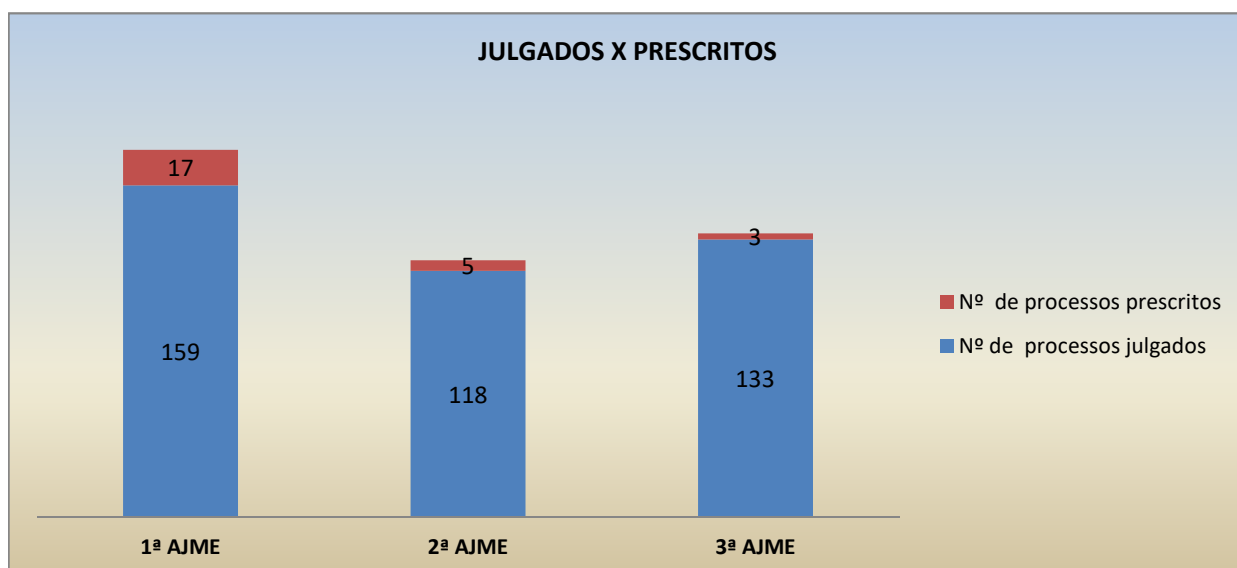
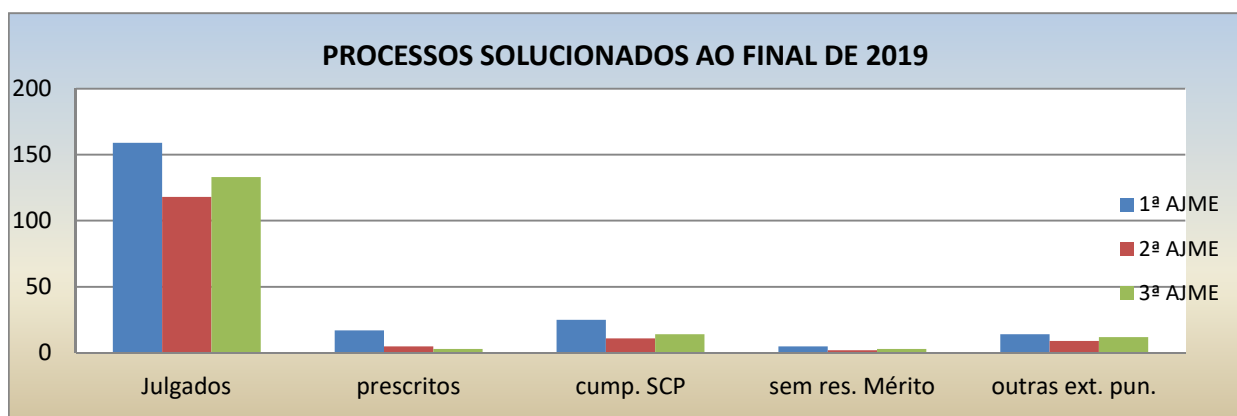
Assuntos de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ



MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Feitos criminais solucionados durante o ano de 2019

		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Nº de julgamentos/decisões finais (Ação penal, Deserção, Medidas garantidoras, preparatórias, cautelares, Processos incidentes)	410	159	118	133
Nº de processos prescritos (somente ações penais)	25	17	5	3
Nº extinção da punibilidade pelo cumprimento da Suspensão Condicional do Processo	50	25	11	14
Ext. do processo sem resolução do mérito	10	5	2	3
Nº de outras ext. da punib. (art. 123 CPM)	35	14	9	12
Total	530	220	145	165



MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

ANO-BASE 2019

PROCESSOS CÍVEIS					
Processo Judicial Eletrônico - PJE e EPROC					
Classes das ações distribuídas					
Casos novos de conhecimento	Procedimento ordinário/ sumário	187	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	Mandado de Segurança	12	59	77	51
	Impugnação ao valor da causa	0	3	3	6
	Execução contra a Fazenda Pública	0	0	0	0
	Embargos à Execução	0	0	0	0
	Total de processos eletrônicos	199	62	80	57
Processos arquivados					
Processos arquivados		219	92	66	61
Incompetência da Justiça Militar e cancelamento de distribuição		15	10	4	1
JULGAMENTOS em processos de conhecimento (físicos e eletrônicos)					
Processos Julgados - Sentenças		199	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Sentença sem resolução de mérito		36	76	52	71
Sentença com resolução de mérito		193	17	16	3
Total de julgamentos		229	64	46	83
			81	62	86
MOVIMENTO PROCESSUAL AO FINAL DO ANO DE 2019					
Processos de conhecimento em tramitação na 1ª Inst. (físicos e PJE)		254	1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
Processos em fase de cumprimento de sentença/execução		103	42	48	42
Total de processos cíveis		235	44	33	26
			86	81	68

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório PJE da GI

Obs: Em 2019, não houve distribuição de processos cíveis físicos

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS CRIMINAIS JULGADOS EM 2019

DURAÇÃO DO PROCESSO*	Quantidade de		1ª AJME	2ª AJME	3ª AJME
	processos	%			
ATÉ 1 ANO	127	31%	34	61	32
Entre 1 e 2 ANOS	126	30,73%	44	31	51
Entre 2 e 3 ANOS	98	23,90%	46	23	29
Entre 3 e 4 ANOS	31	7,56%	21	2	8
Mais de 4 ANOS	28	6,83%	14	1	13
total	410	100%	159	118	133

* FONTE SINGEP E EPROC

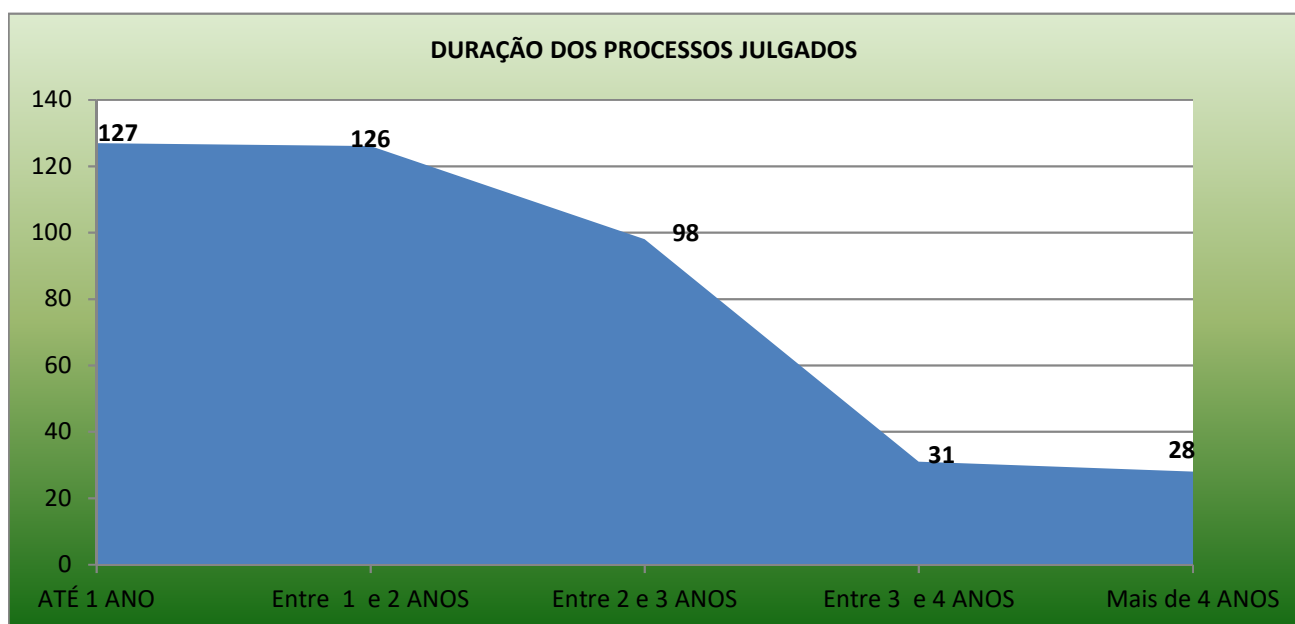
* O tempo de duração do processo é computado entre a data do recebimento da denúncia até a data da sentença na respectiva auditoria, e foram considerados apenas as ações penais e os processos de deserção julgados pelos conselhos de justiça

* O tempo médio de duração do processo na Primeira Instância da Justiça Militar, em 2019, foi de **688 dias, ou seja, 2 anos, e 18 dias**

* O tempo médio de duração do processo na **1ª Auditoria** foi de **02 anos, 03 meses e 21 dias**;

* O tempo médio de duração do processo na **2ª Auditoria** foi de **01 ano, 03 meses e 29 dias**;

* O tempo médio de duração do processo na **3ª Auditoria** foi de **02 anos e 29 dias**.



Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc da GTI

HISTÓRICO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR

Período de 2015 a 2019

A- MATÉRIA CRIMINAL

FASE PRÉ-PROCESSUAL (INVESTIGATÓRIA)	2019	2018	2017	2016	2015
IPMs e outras peças de informação distribuídos no ano-base	3.250	2.759	1.791	2.003	1.692
IPMs e outras peças de informação arquivados	4.163	2.103	1.114	1.394	1.060
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	89	194	422	345	391
Denúncias oferecidas	206	246	277	220	277
Transação Penal (Lei 9.099) no respectivo ano-base	241	248	170	304	238
Total de IPMs e outras peças de informação em tramitação no último dia do respectivo ano-base	888	1.498	889	882	821
FASE PROCESSUAL (de conhecimento)	2019	2018	2017	2016	2015
Processos Arquivados no ano-base	422	554	295	303	377
Denúncias Recebidas	226	248	270	226	279
Suspensos (Lei 9.099) no respectivo ano-base	50	44	55	67	81
Julgamentos	410	446	413	408	344
Prescrições (processos/ações penais)	25	23	7	3	5
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO ANO-BASE	2019	2018	2017	2016	2015
Tramitação de feitos ao final do respectivo ano-base	3.604	2.250	1.467	1.503	1.589
Execução ao final do respectivo ano-base	103	117	98	28	84
Processos suspensos ao final do respectivo ano-base	50	126	146	178	217
Feitos com transação penal ao final do respectivo ano-base	215	151	135	163	165

B - MATÉRIA CÍVEL

PROCESSOS CÍVEIS	2019	2018	2017	2016	2015
Total de ações distribuídas no respectivo ano-base	194	210	206	261	395
Processos arquivados	217	153	138	185	639
Remetidos a outro juízo (Incompetência da Justiça Militar)	15	12	19	5	11
JULGAMENTOS	2019	2018	2017	2016	2015
Processos Julgados	229	232	185	207	377
Sentença sem resolução de mérito	36	21	23	52	41
Sentença com resolução de mérito	163	211	162	155	336
Processos cíveis em tramitação no final do ano-base	2019	2018	2017	2016	2015
	235	190	231	217	246

Fonte: Pesquisa avançada SINGEP e relatório do e-Proc e PJ-e da GTI